



**CADERNO DE ENCARGOS 19/2025**

**AJUSTE DIRETO POR CRITÉRIO MATERIAL (artigo 24º nº 1 alínea e) iii) )**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DA AVENIDA DA PONTE**



## **CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Capítulo I - Disposições gerais**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto do procedimento**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de formação pré-contratual de Consulta Prévia, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de elaboração do Projeto da Avenida da Ponte.
2. O objeto do contrato abrange e compreende o projeto de uma operação de loteamento de terrenos municipais, bem como os projetos das obras de urbanização necessárias à infraestruturação da área de intervenção.
3. O caderno de encargos inclui todos os seus anexos, considerados parte integrante do mesmo.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Legislação aplicável**

O clausulado do contrato rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual e demais legislação complementar.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Esclarecimento de dúvidas**

Os esclarecimentos de dúvidas serão efetuados pelo meio de comunicação ao dispor ou terão lugar nas reuniões intercalares de desenvolvimento do projeto.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Contrato**

O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, nos termos do artigo 96.º do C.C.P.



#### **Cláusula 5.ª**

##### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor desde a data da sua outorga até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Preço Base**

1. O preço base do procedimento de formação contratual por ajuste direto ao abrigo de critérios materiais é de €300.000,00 (trezentos mil euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a Porto Vivo, SRU se dispõe pagar pela elaboração do Projeto de Avenida da Ponte, com as obrigações decorrentes do contrato.
2. O preço base foi fixado com base num estudo efetuado sobre serviços similares.

### **Capítulo II - Obrigações contratuais**

#### **Secção I - Obrigações do prestador de serviços**

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Constituição da equipa projetista**

1. A elaboração dos projetos a que se refere o presente caderno de encargos, ficará a cargo de uma equipa projetista, cuja coordenação é da inteira e exclusiva responsabilidade de um dos autores dos projetos.
2. A equipa projetista será constituída pelo coordenador de projeto e pelos autores dos projetos.
3. A equipa projetista referida no número anterior só poderá ser alterada mediante prévio e expresse consentimento da Porto Vivo, SRU.
4. O coordenador de projeto deve cumprir com o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de junho na sua redação atual.



## **Cláusula 8.ª**

### **Obrigações principais do prestador de serviços**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de elaboração de:

- a) Projeto de uma operação de loteamento promovida pela Administração Pública, com enquadramento no artigo 7.º do RJUE, cujos elementos instrutórios constam no anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro;
- b) Projetos das obras de urbanização, de acordo com a cláusula 10.ª.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. O prestador de serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais, programáticas e regulamentares aplicáveis, dos regimes jurídicos das servidões e restrições de utilidade pública incidentes sobre a área objeto de intervenção, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e das normas técnicas de construção.

4. O prestador de serviços obriga-se a reconhecer presencialmente o imóvel objeto da intervenção, sendo da sua responsabilidade verificar todas as implicações no Projeto.

5. As dúvidas que o prestador de serviços tenha na interpretação dos documentos por que se rege a elaboração do projeto, objeto do contrato, devem ser submetidas à Porto Vivo, SRU antes do início da elaboração dos trabalhos a que respeitam.

6. As dúvidas que o prestador de serviços tenha no decurso da elaboração do projeto, objeto do contrato, devem ser submetidas à Porto Vivo, SRU, antes do início da elaboração de fases posteriores de projeto, tendo em vista a normal prossecução dos trabalhos dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.

7. O prestador de serviços deverá inteirar-se junto das entidades competentes de todas as infraestruturas existentes no local de intervenção.

8. Após a aceitação pela Porto Vivo, SRU das soluções dos projetos sujeitos a aprovação de entidades externas, compete ao prestador de serviços requerer, junto das entidades externas



competentes, a emissão de pareceres favoráveis relacionados com a certificação e licenciamento das instalações, fornecendo à Porto Vivo, SRU cópias das referidas consultas e pareceres.

9. O prestador de serviços obriga-se a cumprir ordens, diretivas ou orientações transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais.

10. O prestador de serviços obriga-se a esclarecer todas as dúvidas relativas aos projetos durante a preparação do processo de concurso de empreitada conforme dispõe o ponto i da alínea d) da Fase 3 da cláusula 4ª das Cláusulas Técnicas.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Acompanhamento da execução do contrato**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com periodicidade adequada ao desenvolvimento dos trabalhos nos prazos previstos, reuniões de coordenação com os representantes da Porto Vivo, SRU, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2. As reuniões previstas no número anterior devem ser convocadas por escrito, pelo prestador de serviços, sendo anexada a agenda prévia da respetiva reunião.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Âmbito e forma da prestação de serviços**

1. É da inteira responsabilidade do prestador de serviços a Elaboração do Projeto das Especialidades.

2. Os projetos das especialidades necessários, sem prejuízo de outros julgados pertinentes, pelo prestador de serviços, são:

- a) Projeto de Arquitetura
  - I. Inserção urbana
  - II. Paisagismo
  - III. Mobiliário urbano
  - IV. Construções e demolições
- b) Projeto de Arruamentos



- I. Traçado
- II. Perfis transversais e longitudinais
- III. Terraplanagens
- IV. Pavimentações
- V. Drenagem
- VI. Sinalização e Segurança Rodoviária
- VII. Sinalização luminosa automática de trânsito (SLAT)
- VIII. Obras Acessórias
- c) Geologia / Geotecnia
- d) Segurança Contra Incêndios
- e) Acústica
- f) Projetos infraestruturas hidráulicas
  - I. Abastecimento de águas
  - II. Drenagem de águas residuais
  - III. Drenagem de águas pluviais
  - IV. Bombagens
- g) Projeto de infraestruturas elétricas
  - I. Distribuição de energia elétrica Média e Baixa Tensão
  - II. Iluminação Pública
- h) Projeto de infraestruturas de telecomunicações
- i) Projeto de infraestruturas de gás
- j) Projeto de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
- k) Elementos de âmbito geral
  - I. Plano de Ocupação
    - i. Ocupações Temporárias para execução da obra
    - ii. Demolições
    - iii. Desvios de Trânsito
  - II. Avaliação de Riscos
  - III. Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição
  - IV. Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto
  - V. Plano de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
  - VI. Verificação da conformidade Ambiental do Projeto de Execução



VII. Especificações técnicas - Caderno de Encargos

VIII. Mapa de Quantidades de Trabalhos

- i. Medições Detalhadas
- ii. Mapas de Quantidades
- iii. Estimativa Orçamental

3. Constitui obrigação do prestador de serviços o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos estudos/projetos a elaborar/fornecer, assim como a obtenção, junto das entidades competentes, de todas as informações consideradas necessárias para a elaboração dos projetos objeto deste procedimento.

4. Dos projetos a realizar, deverão constar, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo prestador de serviços, ou constantes de regulamentação específica aplicável, os elementos estabelecidos na Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto, na categoria correspondente.

5. Todos os projetos deverão ser instruídos com termo de responsabilidade, medições e orçamentos, cadernos de encargos e respetivas especificações técnicas.

6. O prestador de serviços assume a responsabilidade pelas várias medições dos projetos, nas componentes de especialidades.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Fases e Prazo de prestação do serviço**

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas Clausulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, de acordo com as seguintes fases e prazos máximos:

- a) Fase 1 - Projeto de licenciamento da operação de loteamento – **60 dias**
- b) Fase 2 – Projetos de especialidades
  - I. Estudo Prévio – **30 dias**
  - II. Anteprojeto – **60 dias**
  - III. Projeto de Execução – **60 dias**

2. Os prazos referidos nas alíneas do número anterior não contemplam os prazos de apreciação das entidades que deverão pronunciar-se acerca deste projeto, que se estimam em: **30 dias após a fase 1, 35 dias após a fase 2, alínea I) e II) e 15 dias após a fase 2, alínea III).**



#### **Cláusula 12.ª**

##### **Responsabilidade pelos Erros e Omissões do Projeto**

1. É da responsabilidade da Porto Vivo, SRU os trabalhos de suprimentos e omissões resultantes dos elementos que tenham por si sido elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro designadamente os elementos de solução de obra, nos termos do n.º 1 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. No caso de erros e omissões decorrentes de incumprimento de obrigações de conceção, deve a Porto Vivo, SRU ser indemnizada, conforme previsto nos números 6 e 7 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1. Conforme os prazos previstos no número 2 da cláusula 11.ª, a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, a Porto Vivo, SRU procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à Porto Vivo, SRU toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise da Porto Vivo, SRU a que se refere o n.º 1, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais ou programáticas, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas ao presente Caderno de Encargos, a Porto Vivo, SRU deve de isso informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que, for determinado pela Porto Vivo, SRU, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a Porto Vivo, SRU procede a nova análise, nos termos do n.º 1.





6. Caso a análise da Porto Vivo, SRU a que se refere o n.º 1, comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pela Porto Vivo, SRU.

7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

8. Na sequência da revisão de projeto, efetuada por entidade legalmente habilitada e independente fica o prestador de serviços obrigado a incorporar no projeto todas as recomendações ou determinações emanadas do revisor e validadas pela Porto Vivo, SRU.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Transferência da propriedade**

Com a declaração de aceitação a que se refere o nº 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Porto Vivo, SRU.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Direitos de Autor**

É garantida a salvaguarda do Direito de Autor e a divulgação, pelo prestador de serviços, dos estudos e projetos produzidos no âmbito da prestação de serviços, nos termos da legislação aplicável.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Informação e sigilo**

1. O prestador de serviços e a Porto Vivo, SRU devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O prestador de serviços deve prestar à Porto Vivo, SRU todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo a Porto Vivo, SRU satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
6. As matérias cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

## **Secção II - Obrigações da Porto Vivo, SRU**

### **Cláusula 17.ª**

#### **Gestão do Contrato**

A Porto Vivo, SRU designou, de acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos a Senhora Arq. Ana Leite Pereira, como Gestora do Contrato, que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre a Porto Vivo, SRU e o prestador de serviços, no âmbito da execução do Contrato.



### **Cláusula 18.ª**

#### **Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Porto Vivo, SRU pagará ao prestador de serviços o preço contratual correspondente, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço a que se refere o nº 1 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
  - c) Fase 1 - Projeto de licenciamento da operação de loteamento – 45%
  - d) Fase 2 – Projetos de especialidades
    - I. Estudo Prévio – 30 dias – 10%
    - II. Anteprojeto – 60 dias – 20%
    - III. Projeto de Execução – 60 dias – 25%
3. O preço contratual não é passível de revisão.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Porto Vivo, SRU, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção pela Porto Vivo, SRU das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a declaração de aceitação pela Porto Vivo, SRU, ou 30 (trinta) dias após entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, caso esta não tenha sido emitida.
3. Em caso de discordância por parte da Porto Vivo, SRU, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o nº 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.



### **Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução**

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades contratuais**

1. O incumprimento dos prazos estabelecidos para a execução de qualquer fase da prestação de serviços contratada, por factos não resultantes de motivo de força maior, ou cuja justificação não haja sido aceite pela Porto Vivo, SRU, pode determinar a aplicação de penalidades ao prestador de serviços, calculadas diariamente, pela aplicação, ao valor da prestação de honorários da fase em curso, das seguintes permissões:

- i) 1‰ (um por mil), nos primeiros quinze dias;
- ii) 2‰ (dois por mil), a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
- iii) 3‰ (três por mil), a partir do trigésimo primeiro e até ao quadragésimo quinto dia; e
- iv) 4‰ (quatro por mil), a partir do quadragésimo sexto.

2. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Porto Vivo, SRU exija uma indemnização pelo dano excedente.

3. Verificando-se a resolução do contrato por facto não imputável ao prestador de serviços, terá este direito, cumulativamente, às seguintes indemnizações:

- a) Ao quantitativo correspondente ao valor dos honorários, atribuível ao trabalho na fase em curso;
- b) A 10% (dez por cento) do valor restante do contrato.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte da Porto Vivo, SRU**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Porto Vivo, SRU pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas.

3. A Porto Vivo, SRU pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, mediante o pagamento ao prestador de serviços das despesas que comprovadamente teve na execução dos trabalhos até aquela data.



#### **Cláusula 22.ª**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos nas alíneas do nº 1 do artigo 332º do CCP.

#### **Capítulo IV - Caução e Seguros**

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Caução**

Dadas as características do contrato a celebrar não é exigível a prestação de caução.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes ao objeto da prestação de serviços relativos ao presente contrato.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.

#### **Capítulo V - Disposições finais**

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Subcontratação**

1. As entidades subcontratadas pelo prestador de serviços devem cumprir os requisitos previstos no nº 3 e 6 do artigo 318º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. No caso de subcontratação, o prestador de serviços permanece integralmente responsável perante a Porto Vivo, SRU, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.



#### **Cláusula 26.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações referentes a contactos constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 27.ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 28.ª**

##### **Modificações objetivas do contrato**

O contrato pode ser modificado com os fundamentos previstos nos artigos 312º e 313º do C.C.P.

#### **Cláusula 29.ª**

##### **Resolução de litígios**

Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, devem ser dirimidos pelos meios judiciais comuns, estabelecendo-se como competente o tribunal com competência territorial para o Concelho do Porto, com a expressa renúncia a qualquer outro.



## **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

### **Cláusula 1.ª**

#### **Local de Intervenção**

1. A área do projeto e o âmbito da mesma é delimitada a norte, pela Praça Almeida Garrett, a poente, pela Rua Corpo da Guarda e Travessa de S. Sebastião, a sul, pela Calçada da Vandoma e, a nascente, segue pelo topo da pedreira da Av. D. Afonso Henriques, na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, concelho do Porto, conforme planta em anexo I.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Elementos a fornecer pela Porto Vivo, SRU**

1. A Porto Vivo, SRU, para além do anexo mencionado no número anterior fornecerá, se necessário, todas as informações com relevância para a elaboração dos projetos.
2. A Porto Vivo, SRU proporcionará, sempre que possível, apoio ao prestador de serviços, tomando as diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do Projeto.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Constituição da equipa projetista**

1. A equipa projetista deve ser constituída, para além do Arquiteto Coordenador, pelos técnicos autores que assegurem todas as especialidades necessárias à elaboração elencados na cláusula 10ª das cláusulas jurídicas.
2. A equipa projetista referida no número anterior deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na sua redação atual, e demais legislação aplicável quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.



#### **Cláusula 4.ª**

##### **Modo de apresentação do Projeto**

1. As Peças Escritas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN A4 (210 mm x 297 mm) com orientação vertical e, nos casos em que se justifique, em DIN A3 (297 mm x 420 mm) com orientação horizontal, devendo ser, também, disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo PDF/A, DOC, XLS e XLSX ou ODS.
2. As Peças Desenhadas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN (A3, A2, A1 e A0) de uma forma sistematizada e uniformizada, a acordar com o Grupo de Trabalho da Porto Vivo, SRU, devendo ser, também, disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo PDF/A, DWG, DWF ou DWFx.
3. Os documentos que integram as várias fases de projeto resultantes da prestação de serviços serão devidamente subscritos pelos respetivos autores, devendo ser apresentados 1 (um) exemplar em suporte de papel, além do original, em suporte digital.

Anexo I: Planta de delimitação



0.00